

Presidência da República
Secretaria Especial dos Direitos Humanos
Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do
Adolescente

ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SÉTIMA
ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO CONSELHO
NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE – CONANDA

Às nove horas e trinta minutos do dia oito de março de dois mil e seis, na Sala de Reunião do Edifício Sede do Ministério da Justiça, deu-se início a 137ª Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda. A abertura dos trabalhos foi feita pelo Senhor Presidente José Fernando da Silva, representante da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais e contou com a presença dos conselheiros titulares: Maria das Graças Fonseca Cruz (Marilene), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; Antonio Pereira da Silva Filho, Confederação Geral dos Trabalhadores; Helder Delena, Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança; Cláudio Augusto Vieira da Silva, Fundação Fé e Alegria do Brasil; Miriam Maria José dos Santos, Inspeção São João Bosco / Salesianos; Beatriz Hobold, Pastoral da Criança; Pedro Vilmar Ost, União Brasileira de Educação e Ensino; Marta Marília Tonin, Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Lodi Uptmoor Pauly, Associação de Apoio a Criança e ao Adolescente; Renato Roseno de Oliveira, Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente; Maria Júlia Rosa Chaves Deptulski, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua; José Eduardo Elias Romão, Ministério da Justiça; Elisabete Borgianni, Conselho Federal de Serviço Social; Joisiane Sanches de Oliveira Gamba, Movimento Nacional de Direitos Humanos; Eduardo Basso, Ministério da Previdência Social; Sandra Pagel, Ministério da Educação; Luís Fernando de Lara Resende, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Rogério Baptista Teixeira Fernandes, Ministério da Fazenda; Thereza de Lamare Franco Netto, Ministério da Saúde. Conselheiros Governamentais Suplentes que assumiram a titularidade nesta Assembléia: Amarildo Baesso, Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Paulo Marques, Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; José Eduardo Andrade, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Júlia Galiza de Oliveira, Ministério da Justiça; Napoleão Alvarenga, Ministério da Cultura; Mariana Bandeira de Mello, Casa Civil da Presidência da República; Luciana Secco, Ministério do Esporte; Luseni Maria Cordeiro de Aquino, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Deuzinéa da Silva Lopes, Ministério do Trabalho e Emprego; Conselheiros Suplentes Não Governamentais: Alda Elizabeth Boehler Iglesias Azevedo, Sociedade Brasileira de Pediatria e José Ricardo Calza Caporal, Associação Cristã de Moços. I – Abertura dos Trabalhos: O Senhor Presidente fez a abertura dos trabalhos cumprimentando as mulheres presentes pela comemoração do Dia Internacional da Mulher e em seguida a Assessora Técnica da SPDCA, Senhora Jackeline Valente também falou sobre a data específica. O Senhor Ministro Paulo de Tarso ressaltou a importância da data, marcada de lutas por conquistas de direitos sociais, ressaltando os seus avanços e retrocessos. Enalteceu a doçura e a beleza da mulher, o compromisso da mesma para com a criança e o adolescente, destacando os avanços nesta área. Para o Senhor Ministro, a democracia somente será consolidada com a garantia total dos direitos sociais. Como parte da homenagem pela data, os homens presentes fizeram a entrega de uma rosa às mulheres. Prosseguindo, o Senhor Ministro apresentou a nova Subsecretária de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, Senhora Carmem Silveira de Oliveira, em substituição ao Senhor Amarildo Baesso, alegando que a nova Subsecretária irá consolidar os avanços existentes na

SPDCA, juntamente com o Senhor Amarildo que será o seu Adjunto. O Senhor Ministro falou também do seu compromisso pessoal de estar acompanhando os resultados relacionados às ações do Conanda, principalmente no tocante a participação dos conselheiros governamentais nas Assembléias, em tempo integral. Voltou a frizar as articulações com os ministérios da área econômica, visando assegurar uma dotação orçamentária substantiva para a SEDH. Informou ainda sobre a entrega do Relatório do Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente, referente ao exercício de dois mil e quatro e em andamento o relatório de 2005. Fez referência sobre as negociações do Disque Denúncias, dando enfoque aos contatos mantidos com o Senhor Ministro do Turismo, para que permaneça o número do telefone existente. A senhora Carmem fez um breve relato da sua trajetória profissional, ressaltando não ter filiação partidária, mas sim, militância por algumas questões voltadas aos direitos humanos, especificamente na área da criança e do adolescente. O Senhor Presidente desejou as boas-vindas à Subsecretária, salientando a importância do momento de construção das políticas Sociais, citando como exemplo o Sinase e o Projeto de Lei de Execução das Medidas Sócioeducativas. Aprovação da Pauta de Trabalho: A Pauta de trabalho fora submetida à plenária, tendo, a mesma, sido aprovada por todos com a inclusão dos itens: Relatório do Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente, Audiência sobre FUNDEB no dia de amanhã, Medidas Cautelares do Cajé e Projeto de Lei sobre Aborto. (incluindo na pauta da Comissão de Legislação). II - Aprovação da Ata da 136ª Assembléia Ordinária do Conanda: A Ata da 136ª. fora aprovada com correções pertinentes. III – Debate sobre Conselho Tutelar: Tendo em vista a grande demanda de consultas envolvendo questões relacionadas aos Conselhos Tutelares, o Conanda convidou o consultor Wanderlino Nogueira para debater o assunto. Inicialmente o consultor fez uma análise de conjuntura sobre Conselho Tutelar, destacando-se os pontos mais cruciais, como deformações e distorções da profissão, entre outros. Foi feita uma retrospectiva da situação dos Conselhos Tutelares, enfocando desde a época do extinto Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência – CBIA, até o momento atual, ressaltando a necessidade de se avaliar as novas regras vigentes. Destacou questões que precisam ser aprofundadas como o princípio constitucional, a natureza jurídica do Conselho Tutelar, a organização, a estrutura, o controle institucional, a natureza jurídica do cargo de conselheiro tutelar, as normas regras (políticas setoriais) e as normas regras do Conselho Tutelar. O Presidente abriu o debate, tendo sido registrado o que segue: O conselheiro José Eduardo falou da natureza ambígua do Conselho Tutelar, ressaltando a necessidade de se resolver a questão. Falou ainda dos casos alegóricos, os quais deveriam servir de exemplo para nortear as decisões da justiça. Por fim, destacou a necessidade do aprimoramento do Estatuto da Criança e do Adolescente no que tange ao tema. O conselheiro Amarildo parabenizou o consultor pela contextualização da criança e do adolescente no Plano dos Direitos da Criança e do Adolescente. Ressaltou a reunião realizada em Mato Grosso do Sul com os Conselhos Tutelares frente a questão indígena. Considerou importante a necessidade de se resolver urgente a questão da natureza jurídica do conselheiro tutelar, tendo em vista as irregularidades existentes. O conselheiro Renato considerou importante o tema ser enfrentado com rigor, destacando três dimensões, a saber: existência dos Conselhos Tutelares (em que medida houve avanços na implantação dos Conselhos Tutelares), natureza dessa existência e operacionalização (politização da sociedade no sentido de valorizar o processo de escolha do conselheiro tutelar, bem como realizar estudo de experiências exitosas). A conselheira Júlia Deptulski abordou a questão do corporativismo dos conselheiros tutelares. Propôs a criação de um sistema para Conselho Tutelar, citando como exemplo o Sinase.

O conselheiro Cláudio endossou a proposta da Conselheira Júlia, enfatizando a necessidade de regulamentar e capacitar o conselheiro tutelar, mesmo sendo preciso alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente, sem, contudo, alterar a legitimação do Conselho Tutelar. Propôs, que esse processo fosse desenvolvido pelos Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente, em razão da fragilidade dos Conselhos Municipais, por questões eleitoreiras, bem com apontar caminhos para agilização do processo. O conselheiro Paulo Marques propôs organizar os Conselhos Tutelares como Política Pública, para restituição dos direitos violados. O conselheiro Pedro reforçou o posicionamento das proposições apresentadas pelos conselheiros, considerando a necessidade de avançar nas discussões com mais profundidade. Finalizando, o Consultor Wanderlino enalteceu o Conanda pela Resolução nº 75 que dispõe sobre os Parâmetros para criação e funcionamento de Conselhos Tutelares e suas Recomendações, considerando-a uma evolução nesta área. Apesar disso, o Consultor propôs, que é preciso ir além, e discutir o Estatuto da Criança e do Adolescente como um todo para que se possa avançar. Esclareceu alguns pontos sobre a proposta original do Conselho Tutelar, ressaltando a necessidade de uma norma legal para se construir o conceito de proteção de direitos e procedimentos para a reconstituição desses direitos, só assim, poder-se-a estabelecer parâmetros. O Consultor considerou os Parâmetros para a Institucionalização e Fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes um grande avanço, tendo em vista o envolvimento das políticas públicas. Encerrando o debate, o Presidente agradeceu o consultor Wanderlino, pela importante apresentação, acrescentando que o debate a ocorrer no Seminário Legislativo, deverá contribuir na reflexão e no aprofundamento sobre o debate relativo a Conselho Tutelar. Ressaltou a existência de várias produções acadêmicas sobre Conselho Tutelar, as quais deveriam auxiliar na reflexão sobre o tema. Destacou a necessidade de contratação de um profissional qualificado para a elaboração da síntese desses documentos. A Plenária propôs e aprovou o nome do Consultor Wanderlino para a realização do Trabalho.

IV - Reunião das Comissões Temáticas: No período da tarde os integrantes das Comissões Temáticas se reuniram para tratar de assuntos específicos de suas áreas de atuação. V - Apresentação, com debate, pela Coordenadora da equipe de avaliação da UFRJ dos projetos executados com recursos da Petrobrás: O Senhor Rodrigo Souza Filho, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ agradeceu o convite para estar presente nesta Assembléia, a fim de apresentar as linhas gerais dos principais resultados da avaliação em pauta. Informou que a referida avaliação teve início a partir de uma demanda da SPDCA, referente aos projetos firmados com recursos da Petrobrás, nos exercício de dois mil e três e dois mil e quatro. Foram avaliados quarenta e seis Unidades ou Programas de Atendimento, abrangendo dezessete Estados. O palestrante fez uma breve retrospectiva sobre o processo avaliativo, englobando os três eixos temáticos: 1) Eixo Medidas Sócioeducativas: Neste eixo foram avaliados vinte e sete projetos; 2) Eixo Exigibilidade de Direitos: Avaliados quatorze projetos; 3) Eixo Ações Especiais: Cinco projetos. Para cada um desses eixos foram construídos indicadores específicos. Foi informado ainda, que, independente dos eixos temáticos e das modalidades de atendimento, foram avaliados outros aspectos relacionados às seguintes categorias: a) necessidades básicas; b) ambiente físico e infraestrutura; c) direitos fundamentais; d) atendimento sócioeducativo; e) gestão de recursos humanos. Os principais pontos de estrangulamentos apresentados foram: a capacidade das unidades se estruturarem, a qualidade do atendimento relacionado com as políticas públicas, considerada precária, (visto que o programa está isolado da estrutura de políticas públicas), o processo de renovação de

convênio gerando instabilidade às equipes das unidades. Neste momento a plenária foi presidida pelo Senhor Vice-Presidente, tendo em vista que o Senhor Presidente José Fernando teve que se ausentar para participar da audiência pública com o Presidente do Senado sobre o Fundeb). Abriu-se o debate, sendo que todos os conselheiros que fizeram uso da palavra parabenizaram o palestrante, pela apresentação e estrutura do documento e pela qualidade da avaliação. Foram registrados os seguintes questionamentos: a) necessidade da restituição e proteção dos direitos da criança e do adolescente; b) necessidade de implantação de políticas públicas; c) importância da visibilidade dos recursos aplicados; d) necessidade das unidades prestarem atendimento satisfatório; e) não trabalhar com hipóteses mas com dados reais; f) a avaliação das medidas sócioeducativas foram pouco expressivas no que tange a escolaridade; g) execução orçamentária baixa dos eixos medidas sócioeducativas e Sipiá; h) falta de abordagem no que diz respeito a reincidência e cumprimento das medidas; i) precarização na contratação da força de trabalho; j) articulação frágil com as políticas sociais. O Senhor Rodrigo esclareceu todos os questionamentos explicando que na avaliação não previa a abordagem sobre as questões de restituição de direitos e reincidência, porém numa outra avaliação estes itens poderão avançar e incorporar esses dados de inapto. No caso de levantamento de hipóteses, aconteceu porque não tinham informações concretas de dados reais. Na avaliação levantou-se os procedimentos para o atendimento da escolarização e não a escolarização propriamente dita. O conselheiro Paulo Marques acrescentou que a avaliação não poderá servir de monitoramento dos convênios, na perspectiva do Tribunal de Contas da União – TCU, porém considerou que a avaliação serviu para debater os problemas com os convenentes, objetivando uma mudança da situação. Esclareceu, que, por não se tratar de ação continuada, os projetos ficam à mercê da renovação dos convênios, causando instabilidades. Quanto as contratações precárias de pessoal, atualmente esta questão vem sendo sanada com o pagamento dos encargos contratuais do pessoal envolvido, por meio dos Convênios firmados. Deliberações: 1 – A Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – SPDCA efetuar avaliação crítica da pesquisa e devolvê-la à UFRJ; 2 – Enviar a referida avaliação à Petrobrás; 3 – Debater urgentemente a questão da contratação de pessoal por meio de convênio; 4 – Encaminhar o relatório às entidades pesquisadas e aos Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente; 5 – Definir se o Conanda será co-executor do Sinase; 6 – Buscar financiamento para novas avaliações para medir os impactos nas ações desenvolvidas. VII - Disque Denúncia: Com base nas informações prestadas pelo Senhor Ministro sobre a dilatação do prazo para negociações de alteração do número de telefone do Disque Denúncia, o conselheiro Renato solicitou maiores esclarecimentos do assunto. Ressaltou o sucesso da Campanha de Carnaval contra a exploração sexual de crianças e adolescentes, tendo sido recebidas vinte e cinco mil denúncias pelo telefone 0800 99 0500, apenas na semana do carnaval, ressaltando que a alteração do número poderá causar um grande impacto ao programa. O conselheiro Amarildo respondendo ao questionamento, reafirmou os informes prestados pelo Senhor Ministro, acrescentando que no dia dez de março (amanhã) os parceiros irão se reunir para decisão definitiva sobre o assunto. O conselheiro Renato propôs a manifestação formal do Conanda aos parceiros envolvidos, bem como ao Ministério Público Federal, objetivando fortalecer as negociações e caso comprove a necessidade da mudança no número do telefone, que haja um planejamento dessas ações. Os conselheiros Cláudio e Júlia Deptulski endossaram a proposta do conselheiro Renato, por considerar que a manifestação poderia contribuir na superação das dificuldades. A conselheira Joisiane propôs que fosse priorizado o assunto nos moldes do disque mulher. A proposta

apresentada pelo conselheiro Renato fora submetida à votação, tendo como resultado treze votos a favor aos encaminhamentos propostos, oito votos contrário e uma abstenção. Os conselheiros Renato e Paulo Marques ficaram responsáveis pela elaboração do documento.

VIII – Relatório Presidente Amigo da Criança e do Adolescente: O Senhor vice-presidente propôs que o relatório referente ao exercício de dois mil e cinco fosse apresentado até o final do mês de abril e após a sua apresentação o Grupo de Trabalho do Conanda apresentasse a sua avaliação.

IX– Deliberação do texto para a Resolução dos Parâmetros para Formação Continuada dos Operadores do Estatuto da Criança e do Adolescente: O texto foi aprovado por unanimidade, sendo o mesmo encaminhado para publicação no Diário Oficial da União e posteriormente para a edição do documento.

X – Relato das Comissões Temáticas: As Comissões Temáticas fizeram seus relatos tendo sido deliberados os seguintes pontos:

- 1) Comissão de Legislação e Regulamentação, sobre a condução do Presidente do Conanda:
 - a) Regimento Interno do Conanda: os conselheiros deverão encaminhar sugestões referentes as alterações até o dia dezessete de março do mês em curso. A análise do documento será realizada mediante a seguinte divisão de temas: Natureza, Competência e Sistematização final do trabalho, conselheira Mariana; Composição e Atribuição dos membros, conselheira Marta e Assessora Bernadete; Organização e Funcionamento, conselheiro Renato e Júlia Galiza e os Assessores Fernando Bezerra e Graciela. No período de abril a julho serão apresentadas minutas do documento para sugestões dos demais conselheiros e no mês de agosto será apresentada a versão final do regimento para deliberação da plenária;
 - b) Seminário Legislativo: Os trabalhos estão em andamento, tendo sido prorrogado o prazo para devolução das matrizes de análise temática (primeira filtragem) e da análise aprofundada das proposições já filtradas, sem contudo alterar os prazos, a organização e a realização do evento. Foi justificado que o atraso deveu-se ao recesso parlamentar e aos feriados da semana de carnaval;
 - c) Apresentação da situação dos projetos de adoção: Foi informado que o texto estava sendo finalizado pela relatora Deputada Tetê Bezerra. Após a finalização do documento o tema entrará na pauta de votação na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, para emissão de parecer. Foi deliberado pela plenária para que a Secretaria Executiva do Conanda solicitasse oficialmente cópia do texto final do Projeto de Lei e o circulasse via e-mail aos senhores conselheiros, antes da próxima Assembléia;
 - d) Projeto de Lei sobre Aborto: A relatora informou sobre a situação do Projeto de Lei nº 1135/1991, o qual encontra-se atualmente na Comissão de Seguridade Social e Família, tendo como relatora a Deputada Federal Jandira Feghali. Foi deliberado para que o Assessor Jurídico Fernando Bezerra encaminhasse cópia do Projeto de Lei aos senhores conselheiros via e-mail, para depois decidir os novos encaminhamentos sobre o mesmo;
 - e) Consulta Pública da Classificação Indicativa de Televisão: O conselheiro Eduardo Romão informou às Comissões de Políticas Públicas e Legislação e Regulamentação as etapas já realizadas pelo Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação do Ministério da Justiça, a fim de estabelecer as normas da nova classificação indicativa de televisão. Foi proposto e aprovado pelas duas Comissões que o relatório contendo os resultados da consulta pública fosse apresentado à plenária do próximo mês de abril e que fosse criado um Grupo de Trabalho para discutir a classificação indicativa de forma ampla, abrangendo a sua aplicação não apenas na televisão, mas em outras áreas como a Internet e jogos eletrônicos. Além disso, o Conanda deverá discutir o tema e passar a emitir opinião, defendendo o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente sobre a classificação indicativa;
- 2) Comissão de Articulação e Comunicação:
 - a) Projeto de “Comunicação e Desenvolvimento: Mídia, Infância e

Adolescência no Semi-Árido Brasileiro”: a) necessidade de adequação do Projeto, compatibilizando-o com as ações do Conanda; contratação de um assessor de comunicação para o Conanda; melhoria no site do Conanda; elaboração do Plano de Comunicação com oficina agendada para o dia quatro de abril próximo, com a participação da Andi, Assessoria de Comunicação da SEDH e Secretaria Executiva do Conanda; b) Resolução nº 105 /106 – Parâmetros para criação e funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente: Ficou decidido manter articulações com o Nasce e com o ex-assessor Francisco Brito, para os esclarecimentos necessários e apresentação de propostas de encaminhamentos. Foi deliberado pela plenária a suspensão da distribuição dos exemplares disponíveis; c) Continuidade da Assessoria do Consultor Wanderlino Nogueira: A Secretaria Executiva deverá manter contatos com o Consultor Wanderlino para a apresentação de proposta de Termo de Referência ou de Plano sobre o tema Conselho Tutelar; d) Sistema de Garantia de Direitos: Foi aprovada a convalidação da Resolução que dispõe sobre a Institucionalização do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, com a inclusão do anexo na edição do documento, contendo a assinatura do Consultor Wanderlino Nogueira.

3) Comissão de Políticas Públicas: a) Bolsa Família: Solicitar ao MEC o desdobramento dos dados (por município) referentes à crianças e adolescentes que estão fora da escola e agendar reunião para o dia vinte e sete de março, com a participação dos conselheiros Cláudio e Júlia Deptulski e os representantes dos Ministérios da Educação, Saúde, Desenvolvimento Social, com a finalidade de analisar o desdobramento dos dados e propor encaminhamentos. Posteriormente o Senhor Presidente do Conanda manterá contatos com a Procuradoria Geral da União para apresentar os resultados do trabalho e convidá-lo a integrar nas ações a serem desenvolvidas; b) Migração do Peti para o Bolsa Família: A Comissão recebeu o relatório sobre o assunto e a conselheira Delzinéa continuará repassando as informações sobre o assunto à Comissão; c) Plano de Trabalho da Febem / SP: c) A partir das considerações feitas pelo Grupo de Trabalho (Cláudio e Júlia) para que o Plano fosse readequado e submetido a nova avaliação do Conanda, a Assessora Técnica Graça elaborará minuta de Nota Técnica a ser aprovada na próxima plenária e posteriormente encaminhada à Febem /SP; d) Decreto Aprendizagem: Solicitação do Ministério do Trabalho e Emprego para o envio de sugestões referentes a regulamentação dos artigos oitavo e trigésimo segundo do Decreto sobre Aprendizagem, até o dia quinze de março. As sugestões deverão ser enviadas pelo e-mail do Secretário de Políticas Públicas, Senhor Remigio, sppe@mte.gov.br. Foram indicados os nomes das conselheiras Miriam e Delzinéa para integrarem o Grupo de Trabalho, para discutir a referida regulamentação; e) Conade: As conselheiras Beatriz, Roseana ou Sandra irão participar de reunião com o Conselho Nacional dos Portadores de Deficiência – Conade, no dia três de abril próximo, para discutir as diretrizes de inclusão de crianças e adolescentes portadores de deficiência; f) Participação de suplentes em representações externas do Conanda: Foi proposto a participação de conselheiros suplentes em representações externas específicas, em que o conselheiro domine o assunto, bem como seja garantida a sua participação em todas as Assembléias do Conselho. O assunto ficou de ser analisado pela Comissão de Legislação e Regulamentação quando da reformulação do regimento interno do Conanda; g) Assembléia Descentralizada: A conselheira Tereza, juntamente com a Gerente de Projetos Cristina Albuquerque deverão apresentar na próxima plenária proposta de pauta e de organização do evento a ser realizado no dia dezoito de maio de dois mil e seis, na Cidade de Manaus – AM. O Presidente José Fernando deverá manter articulações com a SPDCA para as providências necessárias; h) Pacto Nacional pela

Redução da Mortalidade Materna e Neonatal: Foi aprovada a adesão do Conanda à parceria a ser firmada entre o Ministério da Saúde, Estados e Maternidades, para o cumprimento do Pacto; i) Violência contra adolescentes: Considerando os altos índices de violência com requintes de crueldade contra adolescentes, cometidas na Cidade de Recife, foi aprovado o encaminhamento de correspondência às autoridades competentes do Estado de Pernambuco, solicitando informações sobre as providências adotadas ao ocorrido com os adolescentes Zinael José de Souza da Silva (17 anos) e Diogo Rosendo Ferreira (15anos) durante o período de carnaval, os quais foram torturados e obrigados por policiais militares, a saltarem nas águas do Rio Capibaribe, morrendo afogados por não saberem nadar. Igualmente deverão ser encaminhados ofícios à Governadora do Estado do Rio de Janeiro e ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Rio de Janeiro, solicitando informações acerca das providências jurídicas e políticas tomadas sobre o ocorrido com o adolescente Eduardo dos Santos (16anos), no dia seis de março de dois mil e seis, ferido no momento que traficantes da Favela Providência disparavam tiros contra a Polícia Militar e os militares do Exército. Foi aprovado ainda promover um debate sobre a questão da violência com a Secretaria Nacional de Segurança Pública, na plenária do mês de abril do ano em curso; j) Medidas Sócioeducativas: Foi aprovado para que a Gerente de Projetos da SPDCA, Senhora Edna Lúcia Gomes de Souza apresente relatório suscinto sobre financiamento de projetos e reordenamento das medidas sócioeducativas pelos Estados, na próxima Assembléia do mês de abril. Informado ainda sobre as seis medidas cautelares impostas ao Centro de Atendimento Especializado – Cajé, pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, cuja representação foi feita pelo Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal, alegando que no Centro de Atendimento Juvenil Especializado têm sido registrados vários atos de violação contra a vida e a integridade pessoal dos adolescentes alí reclusos, devido ao fato de que o Centro não mantém os padrões mínimos para o seu funcionamento. De acordo com os petiçãoária, desde mil novecentos e noventa e dois, o que impera é a omissão e o descaso do Distrito Federal para com os jovens. A Secretaria Executiva do Conanda deverá solicitar informações ao Governo do Distrito Federal no tocante a situação daquele Centro de Internação; l) Conferência dos Povos Indígenas: Os conselheiros José Eduardo e Beatriz deverão participar de reunião com representante da Funai, Senhor Vilmar Guarani, no dia dezesseis de março do mês em curso. 4) Comissão de Orçamento e Finanças: a) Termo de Cooperação entre o Conanda / SEDH / ME: O Termo de Parceria fora aprovado com alterações pertinentes; b) Cancelamento dos Projetos Esportivos Sociais: Aprovada a elaboração de Resolução dispondo sobre o cancelamento dos Projetos Esportivos Sociais aprovados por meio da Resolução de número noventa e dois, de vinte e nove de setembro de dois mil e três, que não tiveram captação de recursos até o presente momento. Fora aprovado ainda que os recursos captados para os Projetos Esportivos Sociais a partir de dois mil e seis serão transferidos para o Ministério do Esporte através da Modalidade “Destaque Orçamentário” para a execução dos projetos, continuando a sua gestão pelo Conanda / FNCA A Plenária deliberou a nova relação de projetos Chancelados pela Comissão de Chancela, com recomendações para correções pertinentes; c) Resoluções Nº 76 e 81: O assunto referente às duas Resoluções deverão ser discutido em oficina, tendo em vista a complexidade do mesmo; d) Critérios para aplicação de recursos do Fundo Nacional para o exercício de dois mil e seis: Deliberado pela plenária, que os critérios para aprovação dos projetos neste exercício (2006) serão os mesmos aprovados para dois mil e cinco que não puderam ser formulados, ou seja: A1 Projetos aprovados dentro da disponibilidade financeira da SEDH, SPDCA

e FNCA; A2 – Projetos aprovados fora da disponibilidade financeira, porém, dentro dos limites orçamentários previstos na Lei Orçamentária Anual para o orçamento da SEDH, SPDCA e do FNCA; B Projetos aprovados fora dos limites orçamentários e dependentes de crédito suplementar ao orçamento da SEDH, SPDCA e FNCA. Foi acrescentado o item Renovação ou Suplementação de Projetos apoiados pela SPDCA e FNCA que necessitam de continuidade de execução, para que não haja interrupção do atendimento de crianças e adolescentes. Foi proposto e aprovado a elaboração de Resolução contendo os critérios estabelecidos, a qual deverá ser aprovada na próxima plenária do Conselho. Aprovada também a discussão interna sobre captação de recursos aos fundos e posteriormente debatê-la com o Ministério Público Federal. Para tanto, foi sugerido o envio do documento sobre captação de recursos do Ministério Público dos Estados do Rio de Janeiro e do Maranhão à todos os conselheiros do Conanda, antes da próxima Assembléia;

e) Ciclo Orçamentário do Governo Federal: Foi discutido e aprovado o reestabelecimento da ação “controle social” na revisão do PPA 2004-2007. Ficou definido que os conselheiros Ricardo e Lody deverão apresentar proposta da ação “Mobilização e controle social” e enviá-la via e-mail aos conselheiros para suas contribuições. Quanto à proposta orçamentária da SPDCA e do FNCA as mesmas deverão ser aprovadas na Assembléia do mês de julho do presente exercício. f) Implementação do Sinase: Os conselheiros Cláudio, Paulo e Júlia Deptulski, deverão analisar a interface do Sinase com o SUAS. Para a realização do trabalho deverão propor a contratação de consultoria para a elaboração do referido documento; g) Fundeb: O Presidente José Fernando informou sobre a sua participação na Audiência Pública promovida pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e da audiência com o Presidente do Senado, junto a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, CNTE, Fórum Nacional DCA, Movimento de Mulheres Brasileiras para debater a Proposta de Emenda sobre o Fundeb. A plenária deliberou que fosse enviada correspondência aos Senhores Senadores da República solicitando a aprovação em regime de urgência da referida emenda, com o conteúdo de redação aprovada pela Câmara dos Deputados, e que juntamente com a correspondência fosse enviado cópia do Pronunciamento do Conanda sobre o tema Fundeb. XI – Informes: 1 – A conselheira Júlia Deptulski informou que o Dr. Ariel de Castro, integrante da Comissão dos Direitos da Pessoa Humana irá a depor na Corte Interamericana sobre a Febem / SP, a convite do Centro de Justiça Internacional CEJIL; 2 – O conselheiro Renato solicitou informações acerca dos protocolos acerca dos protocolos facultativos estabelecidos pela Convenção Interamericana dos Direitos das Criança e do Adolescente, sobre pornografia infantil e sobre exploração sexual contra crianças e adolescentes, cujo prazo encerrou-se em janeiro de dois mil e seis. O conselheiro Amarildo esclareceu que por solicitação do Governo brasileiro o prazo para a entrega do relatório sobre pornografia infantil fora prorrogado até o mês de abril de dois mil e seis. Com relação ao relatório sobre exploração sexual o mesmo estava sendo elaborado e posteriormente será apresentado aos conselheiros do Conanda; 3 – A conselheira Joisiane informou sobre a situação das famílias das crianças e adolescentes emasculadas na cidade de Altamira – MA, que serão indenizadas com pagamento mensal de quinhentos reais, imposto pela ONU. Informou ainda que dezessete famílias já haviam assinados os documentos para o devido pagamento; 4 – A conselheira Luciana informou sobre a realização da II Conferência Nacional do Esporte, a ser realizada no mês de maio vindouro, comprometendo-se a enviar a documentação alusiva aos conselheiros. Não tendo mais nada a ser tratado, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos dando por encerrada a Assembléia. Para constar, esta ata após lida e aprovada será assinada pelo Senhor

Presidente.
JOSÉ FERNANDO DA SILVA
PRESIDENTE DO CONANDA